

Economia - Brasil

EDITORIAL

O governo engata a marcha do crescimento

Finalmente o governo Luiz Inácio Lula da Silva engata a primeira marcha para a retomada do crescimento econômico. As diretrizes da política industrial anunciadas na quarta-feira podem merecer reparos até dos setores por elas contemplados, principalmente no que diz respeito à pesada carga tributária vigente no País, mas sem dúvida representam um importante passo rumo à restauração de um clima propício aos investimentos privados.

Se não houve surpresa quanto aos setores considerados prioritários na nova política industrial – bens de capital, software, semicondutores e fármacos e medicamentos –, pois eles já haviam sido revelados com bastante antecedência, dois dos seus tópicos adquirem maior relevância. O primeiro é o volume dos recursos que serão alocados para sua viabilização – R\$ 15 bilhões somente neste ano. Desse total, R\$ 550 milhões correspondem a recursos do Orçamento da União e o restante a financiamentos por parte do BNDES (R\$ 9,5 bilhões) e do Banco do Brasil (R\$ 5 bilhões).

O outro ponto relevante é a sua orientação, voltada para o estímulo à inovação tecnológica e à modernização das empresas, ou, em outras palavras, à elevação da capacidade competitiva interna e externa da indústria nacional. Essa concepção, sem dúvida, traz a marca do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan.

Ao contemplar com ações verticais os setores de fármacos e medicamentos e de software e semicondutores, a política industrial volta-se para a substituição de importações, que exercem grande peso na balança comercial. Somente no segmento de semicondutores, o déficit chega a US\$ 5 bilhões por ano.

Além disso, o estímulo às empresas de software visa alavancar as exportações desse segmento em que atuam empresas brasileiras de reconhecida capacidade. Para isso, cria-se um no-

vo Programa para Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos (Prosoft), que terá carteira de financiamento de R\$ 100 milhões, do BNDES, subdividida em várias linhas de crédito.

Em relação aos fármacos e medicamentos, o governo institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica (Profarma), ao qual serão destinados R\$ 500 milhões, que poderão financiar incorporação, aquisição e fusão de empresas, além de projetos de produção de medicamentos e insumos.

As pequenas e médias empresas que não integram os setores beneficiados pelas políticas verticais ganham um projeto próprio de inovação tecnológica. Estão previstos 50 pólos setoriais, que movimentarão R\$ 40 milhões ao ano. O principal objetivo dessa linha de crédito é o incremento das exportações.

Como lembrou o ministro Furlan, o governo já havia tomado algumas iniciativas de política industrial, como o Modermaq, programa que conta, a partir deste mês, com recursos da ordem de R\$ 2,5 bilhões para financiamento da compra de bens de capital. Investimentos em setores como energia e indústria naval também são parte desse conjunto de ações do Planalto para impulsionar o crescimento da economia.

Outra medida nessa direção, anunciada em janeiro, foi a redução em 30% das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre 643 tipos de máquinas e equipamentos. Em fevereiro, foi reduzido o Imposto de Importação para máquinas sem produção nacional.

Para implementar a nova política industrial, o governo cria um arcabouço institucional com um órgão consultivo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, que reúne ministros, empresários e trabalhadores, e outro de articulação, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, para executar as ações prio-

ritárias de incentivo à indústria.

Mesmo não contemplado pela política industrial que o governo Lula começa a colocar em movimento, é alentadora a confirmação pelas siderúrgicas brasileiras do seu ambicioso programa de investimentos de US\$ 7,4 bilhões, previsto para o período 2004/08, que inaugura um novo ciclo de expansão do setor. Como este jornal informou, esse vultoso plano permitirá que o País aumente sua capacidade de produção das atuais 33 milhões de toneladas para 44 milhões de toneladas de aço bruto por ano.

A cifra leva em conta o parque siderúrgico existente, além da Vega do Sul, usina que será inaugurada neste mês. Se incluídas as novas unidades da Companhia Siderúrgica do Ceará e da Companhia Siderúrgica do Maranhão (em fase final de estudos), os investimentos sobem para US\$ 10 bilhões, com recursos próprios (50%) e financiamentos internos (25%) e externos (25%).